

AFETADOS POR DESASTRES: breves considerações sobre o perfil dos moradores de Santo Eduardo-RJ

Adriana Soares Dutra¹
Isabela Ribeiro Freire²
Letícia Carvalho da Silva³

RESUMO

Compreender as características da população afetada por desastres constitui tarefa fundamental para a construção de políticas públicas neste campo. Com base em pesquisa realizada em Campos dos Goytacazes, no norte fluminense/RJ durante o ano de 2022, o presente artigo busca apresentar aspectos relativos ao perfil dos moradores afetados por desastres em Santo Eduardo, distrito de Campos dos Goytacazes/RJ, visando contribuir para uma maior aproximação com este público e suas necessidades. Características como cor, renda, faixa etária, religião, entre outras, foram levantadas por meio de questionário fechado. As análises estiveram fundamentadas em produções das ciências sociais vinculadas à teoria crítica. Observa-se a prevalência de pobres, negros, mulheres e idosos entre as/os afetadas/os, reafirmando determinantes de classe, raca, gênero como centrais no campo dos desastres.

Palavras-chave: Perfil dos afetados; Desastres ambientais; Santo Eduardo.

ABSTRACT

Understanding the characteristics of the population affected by disasters is a fundamental task for the construction of public policies in this area. Based on the survey conducted in Campos dos Goytacazes, in the north fluminense/RJ during the year 2022, this article seeks to identify aspects related to the profile of residents affected by disasters in Santo Eduardo, a district of Campos dos Goytacazes/RJ, aiming to contribute to a closer approach to this public and their needs. Characteristics such as color, income, age, religion, among others, were produced by means of a closed questionnaire. The analyses based on social science productions linked to the critical theory. The prevalence of the poor, blacks, women, and the elderly among those affected is observed, reaffirming class, race, and gender determinants as central in the field of disasters.

Keywords: Profile of affected people; Environmental disasters; Santo Eduardo.

³ Universidade Federal Fluminense; Graduanda do curso de Serviço Social; leticiacarvalhosilva@id.uff.br

















¹ Universidade Federal Fluminense; Doutora em Serviço Social; adrianadutra@id.uff.br.

² Universidade Federal Fluminense; Graduanda do curso de Serviço Social; isabelaribeiro1721@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

Diante do caráter predatório do modo de produção sobre o qual vivemos, a questão ambiental vem se tornando cada vez mais relevante. O consumo desenfreado, essencial para a sobrevivência do capitalismo, tem evidenciado o desgaste da relação entre seres humanos e a natureza e suas consequências, as quais envolvem, muitas vezes, a emergência de desastres ambientais. Tais aspectos nos levam a analisar qual tem sido o tratamento destinado a este processo no Brasil.

Entre as questões levantadas estão a ênfase no momento da crise aguda, ou da resposta aos desastres, a hegemonia das ciências naturais neste campo e a escassez ou mesmo ausência de informações sobre os desastres. Cabe afirmar a importância deste último para a elaboração e o aprimoramento de políticas públicas destinadas ao seu enfrentamento.

Em que pesem iniciativas recentes direcionadas à publicização de dados sobre as situações de desastres ocorridas nos territórios brasileiros, como é o caso do Atlas Digital de Desastres no Brasil⁴, publicado em 2023, elas não se mostram suficientes. Os números/fontes utilizados desconsideram outras informações pertinentes à realidade, as quais integram os sujeitos concretos afetados. As determinações sociais que compõem o perfil dos grupos afetados muitas vezes deixam de ser investigadas, ocultando determinantes de classe, gênero, raça, entre outros aspectos que compõem o perfil deste público.

Conforme já apontado em outros estudos, a ausência de informações sobre a população realmente afetada culmina no agravamento das expressões da questão social, já presentes antes do impacto dos desastres. As expressões da questão social que impactam a vida dos indivíduos em seu cotidiano, como condições de moradia, de trabalho, de educação, de saúde física e mental e de outras questões que

⁴ O Atlas Digital de Desastres no Brasil é uma plataforma cujo o intuito é fornecer dados sobre as ocorrências de desastres ao longo dos anos. Para mais informações, acesse: http://atlasdigital.mdr.gov.br/.



PROMOÇÃO











atravessam gênero e raça, por exemplo, não são visíveis e, consequentemente, não são tratadas efetivamente pelo poder público.

A ausência desses dados dificulta a articulação de políticas públicas e de outras estratégias de ação e enfrentamento aos desastres e dos seus riscos. Ao tratar das políticas públicas sem considerar o cotidiano dos sujeitos em foco, ou seja, sem realizar por exemplo, estudos de casos e pesquisas exploratórias, constroem-se ações que não atendem às reais necessidades dos afetados, isto é, às necessidades coletivas. Ao seguir por esse caminho, o poder público se distancia da realidade e dos reais problemas enfrentados por essa população e, ainda, perde a oportunidade de estreitar a comunicação entre ambos os lados. Com isso, pode-se afirmar que o enfrentamento fica incompleto, pois não abarca as necessidades sociais expostas, tanto no momento exato do impacto, quanto no período que o antecede e que o sucede.

Posto isto, a pesquisa intitulada "Mobilização social e enfrentamento de desastres ambientais em Campos dos Goytacazes, no norte fluminense/RJ", desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais da Universidade Federal Fluminense (NESA/UFF)⁵, foi dedicada, entre outros aspectos, ao conhecimento mais extensivo dessa população. A partir da identificação de localidades afetadas por desastres no município, parte da equipe desenvolveu uma investigação aprofundada sobre Santo Eduardo, 13º distrito do município de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro. Foram realizadas 20 entrevistas em profundidade com moradores e aplicados 54 questionários, o que incidiu em dados de 150 pessoas⁶. Composto por 49 perguntas e uma tabela para preenchimento sobre a composição familiar e os dados socioeconômicos, o questionário possibilitou uma aproximação com o perfil da população afetada por desastres na localidade, dando base à elaboração deste artigo.

⁶ O questionário foi aplicado no ano de 2022 e incluiu informações sobre todos aqueles que compõem as famílias de cada domicílio participante da pesquisa.













⁵ A pesquisa recebeu financiamento do CNPQ e da FAPERJ para sua execução e foi aprovada pelo Comitê de ética em Pesquisa.

Com o estudo de caso, tornou-se possível visualizar as carências de informações e conhecer aspectos relativos ao perfil da população residente no distrito em debate. Apreende-se as determinações de classe, gênero, raça e etnia, além de outras particularidades que marcam o processo de vulnerabilização pelo qual a população local passa, possibilitando relacioná-las com questões presentes também em outras localidades e grupos afetados por desastres no país.

Com base nessas questões, as linhas que se seguem trazem uma breve discussão sobre a importância do fornecimento de dados relativos à realidade concreta. Em seguida apresentam-se os resultados obtidos a partir das análises do *survey*, organizados em gráficos e tabelas, a partir dos quais são identificados determinantes sociais relacionados à cor, à faixa etária, ao estado civil, à religião, à escolaridade, ao trabalho e benefícios, e a relação entre eventos e desastres. Foram tecidas algumas considerações que reforçam a relevância do perfil da população afetada por desastres para repensar e construir políticas públicas de acordo com a situação real desses sujeitos.

Dentro dos limites inerentes ao trabalho, compreendemos que o conhecimento aqui sistematizado contribui para uma reflexão sobre possíveis estratégias mais adequadas ao público afetado por desastres na região, assim como estudos comparativos em outras localidades do país.

2 REGISTROS DE DESASTRES NO BRASIL

O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) é a ferramenta utilizada pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), desde o ano de 2011, para armazenamento e publicização de dados dos desastres ocorridos no Brasil e registrados pelas coordenadorias e secretarias municipais de proteção e defesa civil. Acessível por meio do endereço eletrônico https://s2id.mi.gov.br/, o S2ID possui informações sistematizadas sobre a gestão de riscos e de desastres em território nacional.















Contudo, elas frequentemente encontram-se incompletas, uma vez que os registros ocorrem apenas imediatamente após o impacto do desastre, expressando o seu entendimento como um evento acabado. Depois do primeiro registro, não ocorre a atualização da informação. Esta realidade, muitas vezes, restringe o registro ao ato pontual e burocrático, prejudicando o planejamento de intervenções sobre os danos materiais, humanos e ambientais de forma mais efetiva e permanente, impossibilitando a apreensão da realidade e da dinâmica que se apresenta no período posterior, a qual envolve, em muitos casos, a continuidade e o agravamento do desastre.

Embora Campos dos Goytacazes-RJ seja marcado pela ocorrência frequente de desastres ambientais, em especial inundações e alagamentos, os registros disponíveis não refletem essa realidade. No caso de Santo Eduardo, após realizar o levantamento das informações coletadas no S2ID, foi possível visualizar apenas três notificações, enquanto que, durante o contato direto com a população, foi informada a ocorrência de, pelo menos, cinco grandes impactos.

Essa realidade reflete no trabalho das instituições públicas responsáveis pela gestão dos desastres. Ao não realizar uma análise profunda sobre as condições sócio-históricas do espaço em que atuam, concretizam ações cercadas por lacunas. Por isso, para que tais intervenções alcancem o cerne dos desastres, é essencial pensar em quem são os sujeitos atingidos por estes eventos em uma determinada região. É possível utilizar os dados de identificação desses sujeitos como referência para desenvolver e ajustar os mecanismos de gestão de desastres a longo prazo. Trata-se de apoiar-se na realidade em que vivem, o que levará a perceber as determinações existentes sobre os olhos daqueles que realmente vivenciam os fatos (RODRIGUES, et.al, 2012).

Isto também proporciona direcionar uma avaliação sobre as políticas públicas, principalmente locais/municipais, para reorganizar as formas de prevenção. Soma-se a isso a produção de análises que possam articular métodos e técnicas aos conteúdos presentes nos dados, sobretudo aqueles ainda não desvendados.













3 A POPULAÇÃO AFETADA POR DESASTRES EM SANTO EDUARDO

Situado a 80 km do centro da cidade de Campos dos Goytacazes, Santo Eduardo corresponde ao 13º distrito do município. Composto por 7 comunidades: Espírito Santinho, Divisa, Garrafão, São Roque, Departamento, Pião e a Sede Municipal, a maioria delas está suscetível à ocorrência dos desastres ambientais, em especial caracterizados por inundações e alagamentos.

Diante das limitações encontradas no S2ID, com a ausência de estudos sobre o perfil da população afetada por desastres no município de Campos dos Goytacazes e da importância desses dados para a elaboração de políticas e programas voltados para este público, procurou-se, com base nas respostas oferecidas pelos moradores às perguntas apresentadas no questionário (*survey*), realizar uma primeira aproximação com as características que constroem as singularidades da população afetada em Santo Eduardo. A realidade, compreendida como contraditória e dinâmica, é o ponto de partida para a análise.

Dentre as variadas perguntas presentes no questionário, explorou-se as respostas relacionadas à cor, à faixa etária, ao estado civil, à religião, à escolaridade, ao trabalho e benefícios, além da relação entre eventos e desastres.

Partimos então para o estudo exploratório do perfil dessa população. Em uma primeira instância, no que se refere à cor, foi observado o predomínio de pessoas pretas e pardas que, somadas, constituem mais de 70% do universo pesquisado.

Gráfico 1 - Cor das/os integrantes dos domicílios pesquisados







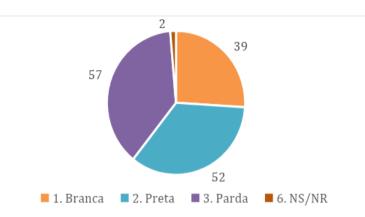
APOIO





19 .22 SET/2023 CIDADE UNIVERSITÁRIA DOM DELGADO SÃO LUÍS/MA - BRASIL REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS



Fonte: Pesquisa NESA - UFF Campos, 2022.

Apesar de não se tratar da totalidade da população afetada por desastres em Santo Eduardo, este dado acompanha o que os estudos sobre o racismo ambiental vêm apontando sobre a população negra ser a mais afetada pelos desastres, em comparação com a população branca. Esse fator se relaciona com a chamada "(in)justiça socioambiental" que evidencia uma distribuição desigual de território, o que coloca os grupos vulnerabilizados em situação de risco (Instituto Pólis, 2022)⁷.

Para Rolnik (2015, s/p), "os governos têm renunciado a sua função de planejar e projetar as cidades." Desta forma, o que vemos atualmente é uma incapacidade dos órgãos públicos em executar projetos que atendam as demandas dessas cidades sucateadas, resultando em habitações em condições de risco e sem perspectiva de melhorias.

Além disso, insta ressaltar que por meio da naturalização do racismo, práticas tecnicistas promotoras de sofrimento social passam a ser exercidas de forma constante, culminando no processo de desamparo dos afetados negros. Isto é muito comum nas ações de remoção, em que não são respeitadas as vontades e as demandas expostas por estes sujeitos (VALENCIO, 2014).

⁷ O Instituo Pólis, organização da sociedade civil (OSC), realiza vários estudos e pesquisas relacionados ao direito à cidade, entre eles, sobre o racismo ambiental e a (in)justiça socioambiental. Para mais informações, acesse: https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/.











Conforme pode ser observado no gráfico 2, a pesquisa revela que pessoas com 50 anos ou mais apresentaram o maior índice (46%), o que aponta para uma preocupação com a população idosa ou próxima desta etapa da vida, uma vez que, juntamente com as crianças, compõem um grupo que requer maior atenção em casos de desastres⁸.

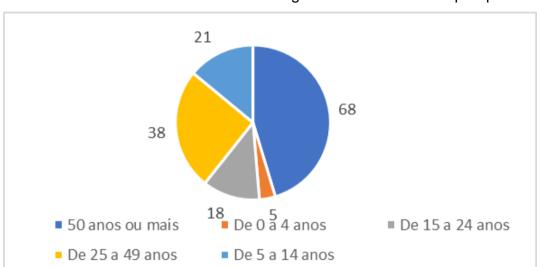


Gráfico 2 - Faixa etária das/os integrantes dos domicílios pesquisados

Fonte: Pesquisa NESA - UFF Campos, 2022.

Conforme aponta o Protocolo Nacional Conjunto é fundamental garantir os direitos de receber refúgio e proteção integral da pessoa idosa independentemente da amplitude do desastre (BRASIL, 2013). Este documento dispõe de informações relevantes para difundir o debate do cuidado desses grupos, principalmente em relação à preparação de ações durante o período dos desastres. Todavia, apesar de requisitar que idosos, crianças e adolescentes, e pessoas com deficiência sejam postos como prioridade absoluta na prestação de atendimento em contextos de calamidade, os próprios Estatutos desses grupos ainda não preveem uma

⁸ Em 2013, foram publicados os seguintes documentos: Protocolo Nacional para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em situação de Desastres (parceria Sedec e Unicef) e Protocolo Nacional Conjunto para proteção integral a crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de riscos e desastres.







APOIO



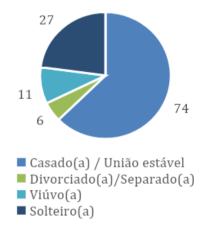


intervenção voltada para a prevenção das situações de desastres, pensando na questão da vulnerabilidade socialmente produzida.

Os dados referentes ao estado civil, à religião, à escolaridade, ao trabalho e aos benefícios foram analisados com base nos componentes familiares com 18 anos ou mais. Este grupo foi formado por 118 pessoas. Compreende-se que tais dados são necessários para o planejamento de ações que estejam de acordo com a realidade na qual os afetados estão inseridos.

Em relação ao estado civil, observa-se que casados e em união estável constituem mais da metade do universo pesquisado (63%). Isto permite inferir que, no contexto de enfrentamento às consequências impostas pelos desastres, as ações em coletivo, incluindo as mobilizações, neste ponto, tendem a ser mais amplificadas, sobretudo no contexto de ausência de ações de prevenção, mitigação e preparação por parte da Gestão de Desastres. Por outro lado, o percentual de pessoas solteiras, divorciadas ou viúvas, pode elevar o quantitativo de pessoas que residem sozinhas, o que deve ser o ponto de atenção do poder público, uma vez que esta realidade pode gerar menor proteção em situações de desastres.

Gráfico 3 - Estado civil das/os integrantes dos domicílios pesquisados



Fonte: Pesquisa NESA – UFF Campos, 2022.





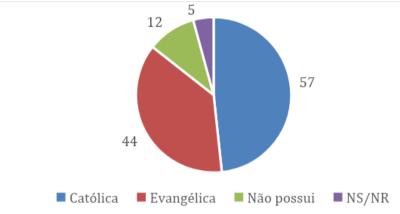






Quanto à religião, os católicos compõem o primeiro grupo (49%), seguido dos evangélicos (37%). Se, por um lado, este aspecto pode gerar um aumento dos vínculos e, consequentemente, da proteção social entre os moradores, contudo, há de se observar também que 10% do público pesquisado informa não ter religião.

Gráfico 4 - Religião das/os integrantes dos domicílios pesquisados



Fonte: Pesquisa NESA – UFF Campos, 2022.

experiência campo dos desastres tem demonstrado no religião/religiosidade e desastres são questões que se articulam. O sofrimento gerado pelas perdas, sejam elas de pessoas queridas ou mesmo de bens materiais, que muitas vezes são fruto do trabalho realizado durante parte significativa da vida, levam os afetados a questionarem os motivos desses acontecimentos. Estes sujeitos, muitas vezes, têm suas respostas baseadas em aspectos relacionados à ausência de vivência política, aliados à cultura tradicional e religiosa, presentes na sociedade brasileira. Tais aspectos despertaram o interesse da equipe em investigar tal relação de forma mais aprofundada, uma vez que a mesma já havia sido identificada preliminarmente em outros estudos.

No entanto, embora tenha sido observada uma significativa parcela da população com vinculação religiosa, especialmente católica e evangélica, conforme apresentado no gráfico 4, não foi possível identificar uma relação direta entre a explicação relativa à ocorrência de desastres e a questão religiosa entre os









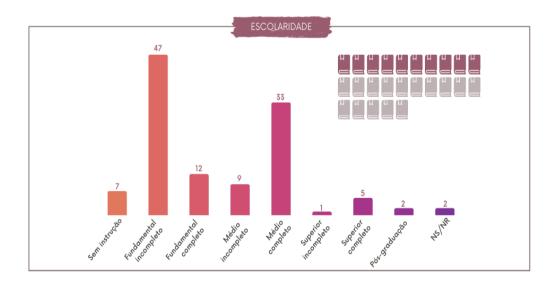


entrevistados. Quando questionados sobre as causas dos desastres, outros aspectos foram levantados com maior incidência. Estes aspectos se relacionam com a atuação do poder público, as causas naturais e as ações da população local.

Compreendemos que esta constatação guarda relação com o fato do município de Campos dos Goytacazes, e mais especificamente as regiões estudadas, serem frequentemente afetadas por inundações e alagamentos, tipos de desastres que não têm como consequência a morte de pessoas. Ademais, a frequência dos impactos relacionados aos desastres nas regiões estudadas leva as pessoas a se prepararem, ainda que precariamente, para os impactos, o que contribui para um certo distanciamento das justificativas metafísicas para o sofrimento social vivenciado.

No que tange à escolaridade, observa-se a prevalência daquelas com ensino fundamental incompleto (39,8%), seguido de ensino médio completo (28%). O número de pessoas sem instrução também é significativo (5,9%), sendo o mesmo apresentado para a soma entre superior completo e pós-graduação. Conforme apresentado anteriormente, o distrito de Santo Eduardo possui apenas uma creche e uma escola municipal, dificultando o acesso dos moradores à educação.

Gráfico 5 - Escolaridade das/os integrantes dos domicílios pesquisados



Fonte: Pesquisa NESA – UFF Campos, 2022.











Embora a população seja marcada por baixo índice de escolaridade, há de se afirmar que os saberes populares acerca dos desastres podem contribuir significativamente para o seu enfrentamento. Deste modo, construir estratégias de interação acerca dos desastres e de medidas eficazes de enfrentamento de modo que englobem os seus saberes pode ser uma tática eficiente. Um exemplo seria a construção de um plano de contingência que dialogue com o conhecimento já existente dessa população, advindo especialmente das pessoas idosas, como forma de promover a educação e até mesmo desenvolver vínculos.

Ao analisar o percentual da população marcado pelo nível superior de escolaridade, além de pós-graduação, visualiza-se um grupo mais restrito, mas que também precisa ser inserido nas etapas de planejamento das ações de gestão dos desastres. O conhecimento científico também se apresenta como primordial para o enfrentamento das barbáries sociais. As contribuições de saberes não podem se esgotar guando se tem a população afetada como foco.

Sabe-se que trabalho e renda comparecem como questão central para o enfrentamento dos desastres, em especial no que se refere aos processos de vulnerabilização que os compõem. Do universo pesquisado, todos fazem parte da classe-que-vive-do-trabalho, nos termos de Antunes (2007). A média da renda foi de R\$ 1.577,057 mensais, considerando os valores informados pelos respondentes da pesquisa⁹. Ressalta-se que no conjunto de respostas houve indicação de ganhos de R\$ 300,00 mensais por pessoas responsáveis pela casa e pela família, evidenciando o processo de espoliação e o grau de desproteção ao qual as pessoas estão submetidas no atual estágio do capitalismo.

Conforme apresentado no Gráfico 6, apenas 41,5% estavam trabalhando no momento das entrevistas, enquanto 30,5% informaram estarem aposentadas/os ou serem pensionistas.

⁹ Do total de 118 respondentes com 18 anos ou mais, apenas 42 responderam o valor da renda.



PROMOÇÃO



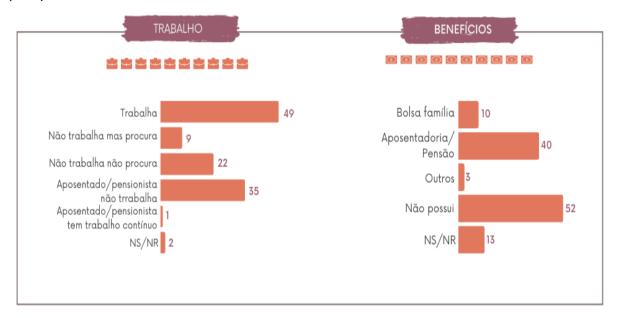








Gráfico 6 - Trabalho e benefícios das/os integrantes dos domicílios pesquisados



Fonte: Pesquisa NESA – UFF Campos, 2022.

Apesar de Santo Eduardo não ser um dos locais de maior pobreza em Campos dos Goytacazes, 25% dos respondentes não trabalham. Deste total, 7,6% afirmaram que procuram emprego. Este percentual mostra-se inferior, se comparado com a realidade do país, contudo, torna-se importante analisá-lo considerando a faixa etária. Por se tratar de uma população com idade mais avançada, ainda gozam de direitos sociais que se encontram em desmonte atualmente.

Outro dado importante é que, mesmo com essa relativa proteção social e a permanência de um programa de transferência de renda, 44,1% declararam não receber qualquer benefício. Apesar disso, menos de 9% recebem algum valor monetário proveniente do bolsa-família¹⁰. Chama a atenção que nenhum benefício da prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes foi indicado pela população.

¹⁰ No governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) o Programa de transferência de renda do governo federal passou a se chamar Auxílio-Brasil. Apesar disso, a população manteve a referência ao Programa Bolsa-família, conforme nomeado pelo Presidente Luiz Inácio Lula Da Silva (2003-2010).













4 CONCLUSÃO

Com base nos dados apresentados, é possível inferir que, em sua maioria, a população afetada por desastres, que constituiu o universo da pesquisa em Santo Eduardo-RJ, é formada por mulheres, com nível de escolaridade predominante entre o ensino fundamental e médio, em sua maioria pretas ou pardas. Todas trabalhadoras, estando ou não empregadas. Ao notar a predominância dessas características. reafirma-se que os processos de desastres predominantemente, grupos específicos de sujeitos, os quais são marcados, portanto, pelos determinantes de classe, raça e gênero. Tais determinantes se reafirmam constantemente, uma vez que são estruturais na sociedade e no campo dos desastres, conforme vêm sinalizando os movimentos por justiça ambiental, ao denunciarem o racismo ambiental e as zonas de sacrifício.

Além dessas características, observa-se um número expressivo de católicos e evangélicos, assim como de pessoas casadas ou em união estável, com idade entre 50 anos ou mais, entre as/os afetadas/os por desastres.

Embora não seja possível generalizar tais informações, uma vez que a pesquisa não foi realizada com a totalidade de moradores de Santo Eduardo, contribuir para uma primeira aproximação com essa realidade abre espaços para suprir a ausência de dados dessa população. Deste modo, apontam para a necessidade de se pensar em políticas públicas que considerem as suas necessidades específicas, assim como os potenciais presentes na localidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. De "botas-foras" e "zonas de sacrifício" – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSLERAD, Henri (org.). **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a. p. 7-18.













ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Protocolo**Nacional Conjunto para proteção integral a crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de riscos desastres. Brasília, DF:

Presidência da República, 2013. Disponível em:

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sdh/protocolo_nacional_conjunto_prot ecao_integral_riscos_e_desastres_sdh_2013.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2023.

INSTITUTO PÓLIS. **Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades**. São Paulo, 2022. Disponível: https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/. Acesso: 18 de maio de 2023.

RODRIGUES, Mariana Lima; MALHEIROS, Tadeu Fabricio; FERNANDES, Valdir; DARÓS, Taiane Dagostin. A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. Saúde e Sociedade: São Paulo, v. 21, p.96-110, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/wsM37Wsdc5R8rR6N6xNv3QR/abstract/?lang=pt. Acesso em: 15 de maio de 2023.

ROLNIK, Raquel. **Arquitetura:** direito de todos. Blog da Raquel Rolnik: São Paulo, 2015. Disponível em: https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/direito-a-moradia/. Acesso em: 18 de maio de 2023.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. Ciência & Saúde Coletiva. 2014.









